

Tensões e diálogos entre a *experiência* e a *estrutura* na História Vista de Baixo

Tensions and dialogues between experience and structure in History Seen from Below

João Luís Lemos de Paula Santos

Mestrando em História Social

Universidade Federal de São Paulo (USP)

joao.luis.santos@usp.br

Recebido em: 27/01/2022

Aprovado em: 18/07/2022

Resumo: Neste artigo propomos uma discussão panorâmica sobre as formulações de historiadores relacionados à chamada *História vista de baixo* no que se refere aos conceitos de *experiência* e *estrutura*. Para tanto, partimos da crítica formulada pelo historiador brasileiro Rafael Marquese à recepção da obra de E. P. Thompson no Brasil. Na sequência, discutimos a relação entre os conceitos que trabalhamos na obra de autores diversos como Lefebvre, Roudé, Ginzburg e do próprio Thompson. Ao fim, propomos uma reflexão sobre as tensões e diálogos entre as diversas concepções discutidas, cotejando as críticas de Marquese e a obra de Sidney Chalhoub, enfatizando a relação dos trabalhos em torno do conceito de *experiência* com os processos históricos mais amplos, estruturais e de longa duração.

Palavras-chave: Experiência; Estrutura; Historiografia.

Resumen/Abstract: In this article we propose a panoramic discussion on the formulations of historians related to the so-called History seen from below with regard to the concepts of experience and structure. We start from the criticism formulated by the Brazilian historian Rafael Marquese on the reception of E. P. Thompson's work in Brazil. Next, we discuss the relationship between the concepts in the work of different authors such as Lefebvre, Roudé, Ginzburg and Thompson. At the end, we propose a reflection on the tensions and dialogues between the different conceptions discussed, comparing the criticisms of Marquese and the work of Sidney Chalhoub, emphasizing the relationship of the the concept of experience with the broader historical processes, structural and of Long term.

Palabras clave/Keywords: Experience; Structure; Historiography.

Uma aproximação com as polêmicas em torno do conceito de *experiência*

Em estudo clássico, o historiador Edward Palmer Thompson (1987, p. 13) escreveu que seu trabalho visava “[...] resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade”. A crítica a esta “enorme condescendência da posteridade” pode ser considerada como um dos principais elementos para a constituição do campo de estudos que se convencionou designar como história vista de baixo (ou a partir de baixo), especialmente a partir dos anos 1960. O desenvolvimento das abordagens com esta orientação congregou historiadores com perspectivas teóricas e metodológicas diversas. Neste contexto, é impossível ignorar a contribuição legada pela história social inglesa, situada na tradição marxista, na qual E. P. Thompson certamente é um grande expoente.

No Brasil, a historiografia social do trabalho e da escravidão desenvolvida especialmente a partir dos anos 1980 foi uma das vertentes que buscou incorporar os problemas propostos e as abordagens da história vista de baixo. Um dos seus impulsos foi a busca por superar os limites de uma historiografia predominante no período anterior que discutia a escravidão no Brasil num enquadramento com ênfase no aspecto econômico e de suas relações com a formação do capitalismo no país. Considerando as diferenças entre as duas abordagens e sem menosprezar as contribuições de ambas, é compreensível que a relação entre elas gerasse tensões e debates acalorados entre os historiadores.

No período mais recente, o historiador Rafael Marquese (2013, p. 230-237) é um dos que procuram reconduzir ao centro do debate sobre a escravidão no Brasil um ponto de vista estrutural e que enfatize a *longa duração*, mesmo que em novas bases. Em artigo publicado em 2013 na *Revista de História*, da Universidade de São Paulo, o historiador brasileiro critica o que considera uma incorporação seletiva das formulações de Thompson pela historiografia social da escravidão no Brasil. De acordo com Marquese, Thompson não teria perdido de vista em seus trabalhos as conexões e mútuas determinações entre o mundo material e as lutas sociais e ao mesmo tempo manteria como fundo historiográfico a formação do capitalismo na Inglaterra. Ou seja, a recepção das proposições de Thompson no Brasil, de um modo geral, teria ignorado estas questões fundamentais.

Um dos destinatários da crítica de Marquese são os trabalhos do historiador Sidney Chalhoub, uma importante referência da historiografia social brasileira desenvolvida a partir dos anos 80. Segundo Marquese (2013, p. 234), a ênfase de Chalhoub na agência (*agency*) dos escravizados em sua obra *Visões*

da *Liberdade* também recairia numa apropriação seletiva de Thompson, desconsiderando a esfera do capital. Por exemplo, ao tratar sobre a questão do tráfico interno de escravizados no Brasil do século XIX, uma das questões-chave da obra citada, não integraria a análise do que o produzia, só passível de ser compreendido “[...] a partir do entendimento do funcionamento concreto da economia escravista brasileira dentro da divisão internacional do trabalho sob a égide do capitalismo industrial”. Retornaremos à obra de Chalhoub mais adiante.

Na sequência, Marquese (2013, p. 236) direciona uma crítica direta ao próprio E. P. Thompson. Ao criticar a conversão da categoria de *experiência* como conceito chave da historiografia social da escravidão, o historiador brasileiro afirma que esta categoria é “uma das mais frouxas expressões da reflexão teórica” do historiador inglês. De acordo com Marquese, a categoria de *experiência* carregaria dois problemas principais: a negação das ideias de pluralidade dos tempos históricos e de estrutura como uma de suas dimensões constitutivas essenciais (em outros termos, a *longa duração*). Ora, mesmo que a crítica seja apresentada de maneira mediada e como algo aparentemente secundário na obra de Thompson, a categoria de *experiência* é um dos aspectos basilares das formulações apresentadas em *A Miséria da Teoria*, obra publicada em 1978 em que o autor polemiza com Louis Althusser e na qual demonstra de modo abrangente suas concepções sobre o materialismo histórico e o trabalho do historiador. Nas palavras de Thompson:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta [na obra de Althusser]: "experiência humana". [...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Apesar de assumir uma formulação mais detalhada em *A Miséria da Teoria*, a categoria de *experiência* permeia o conjunto da obra do autor. Mais do que isso, é possível identificar que concepções semelhantes ou ao menos com significativos pontos de contato sobre a *experiência* fazem parte da discussão de todo o campo da história vista de baixo. Marquese indica, portanto, um ceticismo sobre as relações entre esta concepção de *experiência* e os aspectos mais amplos do processo histórico. Assim, talvez possamos compreender que esta crítica poderia ser, na verdade, projetada ao conjunto das

abordagens da história a partir de baixo: estariam fadadas a desconsiderar possíveis análises estruturais e de *longa duração*? O intuito deste trabalho é analisar comparativamente uma seleção de obras que podemos situar na perspectiva da história vista de baixo, tendo como eixo condutor a crítica contida no artigo de Marquese e a categoria de *experiência*.

A experiência e a estrutura na História Vista de Baixo

Para uma primeira aproximação com a questão, a obra *O Grande Medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*, de Georges Lefebvre, pode ser frutífera. Considerada como uma obra que antecipa diversos temas da história vista de baixo, apesar de não designar a si mesma desta forma, seu objetivo geral é entender como uma notícia falsa, que caracterizou o Grande Medo durante a Revolução Francesa, pôde parecer verdadeira (LEFEBVRE, 1979, p. 80). Nesta perspectiva, Lefebvre contrapõe-se a concepções que atribuem uma irracionalidade aos camponeses no caso particular e que normalmente tratam no geral as multidões e os subalternos na mesma chave. No prefácio à edição francesa, ao rever no procedimento da investigação os acontecimentos que teriam marcado o Grande Medo, o autor afirma que teria se colocado “[...] sob a ótica da opinião popular” (LEFEBVRE, 1979, p. 22). Ou seja, busca colocar-se a partir da visão dos camponeses naquele período histórico.

Assim, a divisão do livro em três partes é bastante salutar da própria concepção a partir da qual o historiador francês trabalha. Na primeira parte, o autor busca traçar o contexto do campo na França no final do século XVIII. Aqui, o aspecto econômico possui bastante destaque. É estabelecido um vínculo entre a fome e o medo que pairava no campo francês e, em particular com o Grande Medo: “O medo, filho da fome, e cujas lembranças desenham um terrível espectro, não foi a única causa do Grande Medo, mas a principal ou, como querem alguns, a mais profunda” (LEFEBVRE, 1979, p. 38). Podemos perceber, a partir desta colocação de Lefebvre, que o medo ligado à fome tem um papel privilegiado; contudo, de maneira sutil, aponta também outras questões fundamentais. Primeiro, a ideia que não apenas o medo imediato gerado pela fome era decisivo: suas lembranças também apareciam como um “terrível espectro”. Ao mesmo tempo, indica que esta não foi a única causa, abrindo seu leque de abordagem. A análise da situação ou conjuntura econômica não é vista pelo autor como algo apartado, mas como integrante do conjunto das percepções em jogo no processo histórico em questão.

Na segunda parte do livro, Lefebvre analisa aspectos da Revolução Francesa, em especial a crença bastante difundida nos meios populares da França de que haveria uma “conspiração

aristocrática” em curso. Esta “conspiração aristocrática” consistiria na ideia de que a aristocracia queria sabotar o Terceiro Estado e, ao mesmo tempo, estaria de algum modo associado à existência dos errantes (LEFEBVRE, 1979, p. 67-130). Estes errantes comumente teriam sua imagem ligada a bandidos e soldados supostamente sob comando da aristocracia, corroborados por boatos e pela tradição oral de disseminação de notícias naquele período. É importante notar que toda a exposição de Lefebvre visa destacar a lógica própria dos camponeses na assimilação, na percepção e na circulação desses boatos e notícias. Finalmente, na terceira parte, o autor analisa as características do Grande Medo, seu percurso de disseminação - questionando a aparência de simultaneidade - e suas consequências para o decorrer da própria Revolução (LEFEBVRE, 1979, p. 131-192).

Cabe aqui um último comentário: apesar de estar analisando algo bastante específico como o Grande Medo de 1789, Lefebvre mobiliza todo um conjunto de questões do contexto, afastando-se de uma visão episódica. A análise das classes sociais e a aproximação com uma proposta de história cultural, preocupada com fenômenos mais amplos, sugerem caminhos possíveis sobre como uma história vista de baixo pode contribuir para a análise de um processo histórico também de um ponto de vista estrutural ou da *longa duração*.

Este último comentário abre um canal para direcionarmos nossas atenções para outro historiador inglês: George Rudé. Em sua obra *A Multidão na História: Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848*, publicada originalmente em 1964, Rudé investiga diferentes movimentos populares nos dois países citados e suas características específicas, ao passo que busca estabelecer novos marcos para o estudo das chamadas “multidões”. De início, podemos destacar seu esforço em demonstrar que as multidões também mudam ao longo da história (RUDÉ, 1991, p. 03-04). Ao distinguir, por exemplo, o que ele considera como as multidões na era “industrial” e na era “pré-industrial”, Rudé argumenta que os historiadores normalmente trataram esta última a partir de duas perspectivas com acentuado teor valorativo: a associação direta com a ideia de “classe operária” e “povo”; ou a ideia de “ralé” e “turba”. De acordo com o historiador inglês, estas visões têm um elemento em comum: “[...] são ambas estereótipos, e ambas apresentam a multidão como uma abstração desmaterializada, e não como um conjunto de homens e mulheres de carne e osso” (RUDÉ, 1991, p. 07).

Associada com esta ideia de “homens e mulheres de carne e osso”, dentre diversas questões elencadas ao apresentar como pretende abordar o estudo da multidão na era pré-industrial, o autor

salienta a importância de situar o fato do qual participa a multidão ao seu contexto histórico adequado como condição para investigar suas perspectivas, seus comportamentos e seus objetivos. Deste modo, Rudé também pode ser situado entre aqueles que inauguram um modo de investigação do que conhecemos hoje como história vista de baixo: não apenas estudar *sobre* os dominados, mas sim a própria *lógica* destes nos processos históricos.

Contudo, a organização da obra de Rudé reserva algumas características que a diferencia significativamente, por exemplo, em relação à obra de Lefebvre já citada. Como pudemos verificar, Lefebvre busca uma abordagem preocupada em elucidar aspectos culturais e tradições que estão no cerne da lógica própria das classes dominadas não apenas no curto prazo. Rudé, por outro lado, estrutura sua obra em torno de movimentos específicos dos séculos XVIII e XIX na Inglaterra e na França, como o ludismo, o cartismo e outros, sem traçar nítidas relações entre eles. Ao mesmo tempo, a elaboração de Rudé adquire uma característica diferenciada: ao longo de todo o livro, há uma busca por demonstrar a ligação entre as revoltas populares e estímulos econômicos imediatos, conferindo uma narrativa de episódios, sob um pano de fundo comum, mas sem conexões explícitas.

A interpretação de Rudé parece também estar informada por certa concepção estreita da política, que prioriza os homens e as mulheres radicalizados e que enfatiza traços dos movimentos populares no século XVIII como antecedentes que anunciam os movimentos operários no XIX: “Tudo isso sugere que o movimento inglês, embora tradicional, foi de um tipo mais evoluído do que o francês; acima de tudo, reflete a diferente fase de desenvolvimento social atingida pelo campo inglês” (RUDÉ, 1991, p. 46). A ideia de evolução contida na afirmação de Rudé parece indicar um fundo teleológico.

Apesar das limitações citadas, Rudé introduz também um esforço que Lefebvre, por exemplo, não conduz ao centro de suas preocupações: os “rostos na multidão” (RUDÉ, 1991, 211-230). Rudé busca com frequência reconstituir a experiência dos “homens e mulheres de carne e osso” já citados e rejeita a ideia de multidão como massa amorfa: ele busca os nomes, as profissões, as características pessoais e outras que poderiam contribuir na compreensão da ação das multidões. Com efeito, o trabalho de Rudé prioriza a experiência de pessoas reais, apesar de limitá-las na medida em que prenunciam, em alguma medida através de sua radicalidade, um momento histórico posterior. Talvez possamos considerar, portanto, que Rudé situa a experiência das multidões circunscrita a certa

concepção sobre o contexto e sobre a conjuntura econômica embasada numa ideia de fases do desenvolvimento social.

Como dito no início, o campo da história vista de baixo é bastante plural. Passemos das multidões de Rudé para uma abordagem de menor escala que pode constituir pontos comuns com o campo em discussão neste trabalho: a microhistória. Para tanto, a obra *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, certamente é uma referência que suscita muitas questões. Ginzburg analisa um longo processo inquisitorial que teve como réu um moleiro do Friuli, na Itália do século XVI, denominado Domenico Scandella (ou Menocchio). O historiador italiano se aprofunda no complexo pensamento do moleiro esgrimido frente aos inquisidores e relatado por habitantes do Friuli. Entretanto, ao contrário do que algum desavisado poderia supor, Ginzburg busca respostas para problemas mais amplos. Valendo-se da conceituação de Antonio Gramsci e outros, o autor critica visões que colocam a cultura das classes subalternas ora como um mero reflexo da cultura dominante, ora dotada de uma autonomia parcial, ora um estranhamento absoluto aquém da cultura. Neste sentido, o diálogo com as proposições de Bakhtin sobre as influências recíprocas entre as culturas das classes dominantes e das classes subalternas e a circularidade cultural ganham relevância nas reflexões realizadas na obra (GINZBURG, 1987, p. 24-26)¹.

A preocupação de Ginzburg está, porém, com os modos e os tempos dessa influência, o que implica no “[...] problema posto pela documentação, que no caso da cultura popular é, como já dissemos, quase sempre indireta” (GINZBURG, 1987, p. 24). A natureza da documentação para este tipo de problema parece impor uma parede monolítica ao historiador. Frente a este problema, Ginzburg propõe que “[...] a irredutibilidade de uma parte dos discursos de Menocchio a esquemas conhecidos aponta para um estrato ainda não examinado de crenças populares, de obscuras mitologias camponesas” (GINZBURG, 1987, p. 25). A confrontação dos discursos de Menocchio com os livros identificados como parte do seu arcabouço de leitura seria um caminho, uma “brecha na parede”, para investigar sua chave de leitura e, desta forma, as tradições culturais que a informam (GINZBURG, 1987, p. 25).

A partir deste ponto, poderíamos refletir sobre a tensão entre a excepcionalidade e a representatividade de Menocchio, de acordo com Ginzburg. O caso de um moleiro italiano no século

¹ Ver também a nota sobre a expressão “classe subalternas” na página 243.

XVI, que sabia ler e que buscou desenvolver um sistema próprio de pensamento sobre questões religiosas, como por exemplo a cosmogonia na qual é inspirada o título do livro, evidentemente carrega um grau de singularidade considerável. Ginzburg reconhece esta questão, mas explica que “[...] da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação” (GINZBURG, 1987, p. 27). Ou seja, argumenta-se que um indivíduo, apesar de suas idiossincrasias próprias, não se desvencilha da cultura do seu tempo, do seu espaço e de sua classe. Esta seria a “[...] jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 1987, p. 27).

Desta forma, o autor estabelece um limite para a excepcionalidade de Menocchio e o reincorpora em seu contexto cultural mais abrangente. Note-se que a perspectiva de classe é um elemento fundamental na construção do argumento de Ginzburg, diferenciando-se de visões interclassistas sobre as chamadas mentalidades. Em outras palavras, Menocchio não é um caso salutar para o conhecimento histórico simplesmente por sua singularidade ou até mesmo por uma curiosidade exótica do historiador, mas sim como um caminho para recompor a história de aspectos particularizados da cultura popular europeia pré-industrial. Tudo isto sem perder de vista as relações entre o caso particular e suas ligações com eventos históricos gerais que o possibilitam, como a invenção da imprensa e a Reforma. Nas palavras de Ginzburg: “Portanto, há um valor sintomático num caso-limite como o de Menocchio. Ele repropõe com força, um problema cuja importância só agora se começa a perceber: as raízes populares de grande parte da alta cultura europeia, medieval e pós-medieval” (GINZBURG, 1987, p. 230).

Como podemos visualizar, a microhistória como método de investigação voltado para finalidades específicas, abre caminhos para trabalhos que tenham como orientação uma história vista de baixo. Embora não se confundam necessariamente uma com a outra, no caso de Carlo Ginzburg parece haver um vínculo íntimo entre seu trabalho e uma visão dos de baixo, das classes subalternas. O foco da análise num homem de carne e osso, para lembrar Rudé, suas ideias, a relação destas com sua cultura, as relações de poder em que está inserido e os conflitos de classe parecem demonstrar este vínculo. Não seria despropositado, portanto, traçar um paralelo entre a formulação de Thompson citada anteriormente sobre a *experiência* e a reincorporação histórica de Menocchio construída por Ginzburg: um homem, condicionado ao seu próprio tempo, movimenta-se de modo inesperado e longe de estar simplesmente pré-determinado.

Aliás, temos uma oportunidade de retomar Thompson, não apenas em sua formulação teórica, mas em seu próprio trabalho como historiador. Em sua obra *Senhores e Caçadores (Whigs and Hunters)*, na edição inglesa, publicada em 1975), o autor busca responder um conjunto de problemas, que enumera logo na introdução, entre os quais entender o que levou à aprovação da Lei Negra na Inglaterra em 1723, quem eram os Negros e por qual motivo uma lei de característica tão brutal foi tão facilmente aprovada pelos legisladores (THOMPSON, 1986, p. 25). A exposição organizada pelo autor já merece um comentário: o historiador inglês estrutura sua narrativa nos caminhos e percalços dos seus próprios procedimentos de pesquisa. No prefácio da obra, Thompson afirma que, no curso de seu trabalho, sentiu-se como um “[...] paraquedista aterrissado em território desconhecido: inicialmente conhecendo apenas algumas centenas de metros em torno, e gradualmente estendendo minhas explorações a cada direção” (THOMPSON, 1986, p. 16).

Esta afirmação reflete tanto o reconhecimento do autor de que nunca teria estudado muito até aquele momento sobre a história social inglesa anterior a 1750, mas também o seu procedimento de pesquisa: ele faz a opção de partir fundamentalmente de sua aproximação com a experiência das pessoas através dos documentos e apenas secundariamente, num primeiro momento, das interpretações correntes na historiografia. Vale a pena citar um trecho elucidativo:

Isso pode parecer menos ‘um experimento historiográfico’ do que um emaranhamento por entre a historiografia. Mas espero que tenha se revelado algo mais. Visto que parti da experiência de humildes moradores das florestas e segui, através de evidências contemporâneas superficiais, as linhas que ligavam-nos ao poder, em certo sentido as próprias fontes me obrigaram a encarar a sociedade inglesa em 1723 tal como elas mesmas a encaravam, a partir de “baixo” (THOMPSON, 1986, p. 17).

Este esforço empenhado por Thompson talvez reúna em sua obra elementos semelhantes com as formulações tanto de Rudé quanto de Lefebvre. Ao analisar a ação dos chamados Negros nas florestas de Windsor e Hampshire, embora integre o aspecto econômico, o autor recusa uma simples explicação econômica e busca reconstituir suas motivações nas tradições e na cultura (THOMPSON, 1986, p. 205). Deste ponto de vista, parece aproximar-se de Lefebvre. Simultaneamente, interessa a Thompson os “rostos” dos moradores das florestas: quem eram eles, seus vínculos familiares, sociais e políticos, em suma, sua experiência. É inevitável lembrar de Rudé e seus “rostos na multidão”.

Há mais uma questão no trecho citado acima que vale destacar. O historiador afirma que parte da experiência dos florestanos e segue as linhas que os ligavam até o poder. Ao longo da obra, toda a

complexa rede de relações traçada por Thompson explicita como ele realiza em sua prática historiográfica uma ligação indissociável entre a experiência dos “de baixo” com as relações de poder mais amplas. Vamos focar um dos casos analisados por Thompson para explorar melhor o que afirmamos. Talvez um dos mais eloquentes seja o caso de um estalajadeiro. John Huntridge possuía uma estalagem nas imediações do Parque de Richmond e foi acusado de abrigar um foragido da Lei Negra, Thomas James. A lei referida previa pena de morte para quem abrigasse condenados em edital se o fizesse de modo consciente da condenação publicada. Dado o rigor da Lei Negra, seria de se esperar que a condenação e execução de Huntridge seria certa, até porque o réu possuía até mesmo um episódio de desentendimento direto com o próprio Walpole, um influente político inglês naquele momento, para dizer o mínimo, e diretamente interessado no Parque de Richmond. Contudo, os advogados de Huntridge encontram uma brecha para a defesa de seu cliente: as declarações contrárias ao réu teriam sido obtidas fora dos termos previstos pela própria Lei Negra. O estalajadeiro acaba absolvido pelo júri. Seu julgamento, de acordo com Thompson, pode ser entendido como um marco para a defesa do súdito contra o Estado (THOMPSON, 1986, p. 217-243). Mas como isto seria possível?

O autor parece oferecer uma explicação na conclusão do livro, a partir da qual traça uma reflexão mais geral. Thompson contrapõe-se a uma determinada vertente marxista-estruturalista que trataria a lei, em geral, como uma “superestrutura” adaptada unilateralmente às necessidades da “infraestrutura” das forças produtivas e das relações de produção. A lei seria, nesta perspectiva, apenas uma máscara do domínio de uma classe. Insatisfeito com o reducionismo desta concepção, Thompson busca integrar outros elementos, sem descartar a imbricação das relações de dominação de classe: a lei deveria ser analisada como uma mediação das relações sociais, não apenas como resultado unilateral destas, dotada de sua própria história e lógica de desenvolvimento independente e também como limitação à própria ação das classes dominantes (THOMPSON, 1986, p. 348-361). Assim, a lei aparece também como um campo de batalha da luta de classes, não apenas seu falseamento como ideologia. Nesta chave, talvez possamos entender o significado de um caso como o de Huntridge.

Em nenhum momento, Thompson parece recusar uma abordagem estrutural. Ao contrário, talvez possamos situar sua preocupação no entrelaçamento entre as ditas estruturas (relações de produção e as forças produtivas, destacadamente) e a experiência dos sujeitos na história, como forma de superar reducionismos e esquematismos, como a divisão estanque e determinista entre

“superestrutura” e “infraestrutura”. Nesta concepção, a história vista de baixo está intrinsecamente associada a um esforço de compreensão mais amplo e mesmo estrutural, se entendermos que esta não pode ser pré-concebida em modelos ideais, mas explicada na tensão e no calor das mudanças no tempo, na história.

Finalmente, chegamos a um ponto em que podemos retomar a discussão sobre a obra de Sidney Chalhoub. Começemos pelo livro *Visões da Liberdade*, de 1990, já citado. Chalhoub constrói em todo o livro uma crítica ao que ele chama de ideia do “escravo-coisa” e seu correspondente “escravo-rebelde”, situando os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender como representantes desta perspectiva. Para tanto, citar seu objetivo declarado pode nos ajudar a compreender seu trabalho: “Meu objetivo principal foi tentar recuperar alguns aspectos da experiência dos escravos da Corte, de seus modos de pensar o mundo e atuar sobre ele” (CHALHOUB, 1990, p. 251). Encontramos novamente com a categoria de experiência. Sidney Chalhoub se propõe, portanto, a reconstituir as próprias visões dos escravizados sobre o que consideravam como liberdade e, em conjunto com isso, ações de diversos sujeitos de carne e osso sobre esta realidade. Deste modo, recusa a ideia de “escravo-coisa” na lógica de que estes apenas refletiam as ideias das classes dominantes: ora aceitando passivamente a escravidão, ora como heróis da liberdade (“escravo-rebelde”). O paralelo com Thompson parece inevitável: o caminho construído por Chalhoub indica uma possibilidade de compreender a história da escravidão na Corte do século XIX a partir da experiência dos escravizados, numa concepção bastante semelhante com a abordagem do historiador inglês em relação aos florestanos e a Lei Negra do século XVIII na Inglaterra. Os escravizados constituiriam estratégias próprias, sob seus valores culturais, para atuar nas margens e brechas possibilitadas com leis como a de 1871. Citemos outro trecho de Chalhoub para tentar elucidar melhor a questão:

Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades (CHALHOUB, 1990, p. 252).

Especialmente na terceira parte do livro, o historiador brasileiro busca demonstrar como a prática social dos escravizados, informada por sua lógica própria e por sua vez vinculada às tradições culturais, foi também determinante no processo histórico culminante na Abolição. Estas tradições culturais abarcam na análise uma dimensão irredutível a uma negação da ideia de *longa duração*, de modo

semelhante ao que Ginzburg e Lefebvre realizam. Ademais, através de diversos casos, Chalhoub articula uma série de elementos para estabelecer uma relação importante entre a Abolição e a conformação do que ele chama de “cidade negra” (CHALHOUB, 1990, p. 175-248). Chegamos a um dos pontos fulcrais da crítica de Rafael Marquese com as quais abrimos estas reflexões. Mas aguardemos mais alguns parágrafos antes de retomá-la.

Na obra *Cidade Febril*, publicada em 1996, Chalhoub enfoca as políticas de urbanização adotadas nos primeiros anos da Primeira República no Brasil e a experiência da população dos cortiços no Rio de Janeiro. O autor adota um modo de apresentação semelhante ao de *Senhores e Caçadores*, de Thompson, ou seja, a apresentação reproduz de certo modo o procedimento da pesquisa (CHALHOUB, 1996, p. 10). Na esteira de suas formulações anteriores, Chalhoub associa as políticas de urbanização e higienistas da República diretamente com as tentativas das classes dominantes desarticularem a “cidade negra” que teria sido decisiva para o fim da escravidão e permanecia como um inconveniente para os projetos de poder e de “embranquecimento” então em voga. Nesse sentido, o historiador busca articular eventos como a Revolta da Vacina com as tradições, perspectivas e valores que informam a resistência popular à vacinação². Deste ponto de vista, a incorporação deste âmbito cultural na construção do argumento de Chalhoub carrega consigo uma preocupação com aspectos originais de uma cultura particular e as perspectivas mais amplas ligadas às tradições. Podemos considerar que Chalhoub está mais próximo de Lefebvre e Ginzburg neste aspecto do que de Rudé.

Ainda na mesma obra, Chalhoub dedica grande parte do trabalho para analisar a perspectiva dos dominantes: dos governos, dos agentes imobiliários, dos higienistas, entre outros. É interessante notar como Chalhoub trabalha, portanto, com a necessária ligação entre as perspectivas, ações e tradições dos “de baixo” em relação com o poder e as relações sociais que constroem uma concepção que os situaria com tons de autonomia, evidentemente ilusória. Entretanto, é certo também que o historiador brasileiro articula estes elementos com cautela. Vejamos o trecho a seguir:

Se eu fosse um autor dado a grandiloquências teórico-estilísticas, teria escrito que acabamos de reconstruir, em parte, o processo histórico de formação da aliança entre a Ciência e o Capital, aliança que seria essencial às transformações urbanas “radicais” – no sentido da hostilidade em relação às “classes pobres” e à cultura popular em geral – no início do século XX no Rio. Mas eu não sou um autor grandiloquente, e

² *Idem*, p. 101-102.

logo não fica escrito aquilo que escrevi, apesar de tê-lo provado (CHALHOUB, 1996, p. 56).

Talvez com esta citação possamos compreender, em parte, os incômodos e divergências apresentados por Rafael Marquese em relação à obra de Chalhoub. Este último evita elaborar associações demasiadamente explícitas entre suas investigações e processos históricos gerais, embora pareça reconhecer que não há uma dissociação absoluta entre estas perspectivas. Podemos considerar que a concentração do esforço em demonstrar como a agência dos escravizados – e dos habitantes dos cortiços no Rio – incidiu no processo histórico mais amplo, possa enevoar as relações inextricáveis com a experiência e a estrutura. Além disso, projetando esta contenda ao conjunto das abordagens da história vista de baixo, podemos inferir de maneira pertinente para riscos reais: o risco de recaída num anedotário deslocado de reflexões mais amplas sobre os processos históricos e o risco de ignorar as relações de poder e estruturas que permeiam a experiência e a agência.

Perspectivas de aproximação entre a *experiência* e a *estrutura* na História

É preciso contextualizar também os momentos históricos diversos compreendidos neste debate historiográfico. A crescente influência das perspectivas da história vista de baixo a partir das décadas de 50 e 60 está ligada a dinâmicas sociais e políticas, como a crítica em setores do próprio marxismo ao que se considerava como *stalinismo*, principalmente tendo como referência as contradições em curso no socialismo soviético. Ao mesmo tempo, a historiografia passava por intensos debates teóricos e metodológicos que culminariam, por exemplo, na Nova História e na radicalização das críticas à historiografia tradicional de inspiração positivista. As obras de Thompson e de outros autores, alguns dos quais discutimos neste artigo, suscitavam novas questões e abordagens inovadoras conectadas a anseios de seu tempo e impactaram de modo abrangente a historiografia.

Em torno da década de 80 do século XX, o mundo passava por aceleradas mudanças como a crise do socialismo de tipo soviético e, no Brasil, os períodos finais da ditadura militar e o ganho de protagonismo de movimentos sociais na reivindicação de direitos. Este cenário propiciou um ambiente de crítica e revisões a formulações mais aceitas no próprio marxismo. O crescimento do interesse pela ideia de *agência* ganha sentido nesse contexto. Sidney Chalhoub foi um dos grandes expoentes que assimilou esta característica e traduziu em trabalhos originais com grandes contribuições ao estudo das classes subalternas no Brasil.

Já os debates mais recentes no seio do processo de globalização suscitaram outras problemáticas, como as críticas ao Estado-nação como unidade privilegiada para análise histórica e ao eurocentrismo. Temos visto o fortalecimento das perspectivas que propõem uma História Global, movimento no qual podemos situar a crítica elaborada por Rafael Marquese que discutimos aqui. Deste ponto de vista, ganha relevo a busca pelas conexões entre os processos históricos e por abordagens em maior escala, diferindo de algumas das proposições que expusemos. Mas haveria então uma contradição incontornável entre o conceito de *experiência* e o de *estrutura*?

Através do quadro traçado neste trabalho e da comparação entre os distintos autores aqui citados, podemos arriscar uma reflexão final. A questão de fundo em jogo parece concentrar-se sobre quais as possibilidades dos sujeitos, individual e/ou coletivamente (por exemplo, como classe), a partir de sua própria experiência, relacionam-se com as permanências e mudanças inclusive nos aspectos de *longa duração*. Provavelmente não há uma resposta geral para esta questão para todo tempo e espaço. Mas provavelmente isto reforce o enorme campo de possibilidades ainda a ser explorado por abordagens da história vista de baixo. Em outras palavras: a abordagem sob a perspectiva da experiência pode – e talvez possamos dizer que deva – envolver questões mais amplas e mesmo estruturais. Visando compreender estas estruturas como históricas, sujeitas a mudanças no tempo, e não como um todo fechado em si mesmo, há um enorme campo frutífero para o conhecimento histórico. Assim, o caminho aberto pelas contribuições dos historiadores aqui citados podem indicar a pertinência e a necessidade de confrontar a “enorme condescendência da posteridade” para com os dominados, os derrotados, os subalternos, em suma, os de baixo.

Referências

- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa**. Trad. Carlos Eduardo de Castro Leal. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira**. Revista de História (São Paulo), v. 169, p. 223-253, 2013.

RUDÉ, George. **Multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra: 1730-1848.** Rio de Janeiro: Campus, 1991.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores.** Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria (ou um planetário de erros).** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa. I – A árvore da liberdade.** Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.